



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA  
Superintendência de Compras e Licitações  
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788  
[www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br)

## INSTRUÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

**Processo: 23205.001030/2019-51 – Dispensa de Licitação nº 13/2019.**

**OBJETO:** Dispensa de Licitação com fundamento Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, para aquisição de gêneros alimentícios para as aulas práticas do curso de Nutrição e Veterinária do campus de Realeza/PR.

### HISTÓRICO

1. Esta solicitação foi motivada pelas consecutivas frustrações na aquisição de gêneros alimentícios pelos processos licitatórios realizados nos últimos anos, conforme descrito a seguir:

a) Foi realizado inicialmente o **Pregão Eletrônico (SRP) 15/2012** com 202 itens licitados, sendo que nenhum item foi frustrado, todos os itens foram atendidos por um supermercado de Realeza PR;

b) Ao finalizar a ata de registro de preço do pregão anterior, foi realizado novo **Pregão Eletrônico (SRP) nº 52/2013**, com 222 itens licitados, sendo que 178 foram frustrados (80% dos itens). Apenas duas empresas deram lance e somente foram bem sucedidos os itens secos, todos os itens perecíveis foram frustrados, porém mesmo os itens bem-sucedidos tivemos dificuldades na entrega, visto a distância que a empresa vencedora se encontra do campus, demorando em torno de 30 a 60 dias para fazer a entrega, mesmo o prazo em edital era de 10 dias;

c) Os itens frustrados do pregão anterior, foram atendidos através da **Dispensa de Licitação nº 42/2014**, onde foi contratada duas empresas na cidade de Realeza, porém no momento da entrega, em virtude do aumento nos preços dos produtos e das pequenas quantidades adquiridas em cada entrega, as empresas solicitaram o cancelamento de alguns itens, uma delas inclusive de mais de 50% dos itens, mesmo sendo por dispensa de licitação, com isso foi cancelado os seus devidos empenhos e realizado novo pregão eletrônico.

d) Foi realizado o **Pregão Eletrônico (SRP) nº 33/2014**, com 338 itens licitados, sendo que 285 itens foram frustrados (84% dos itens) por falta de lance no certame, onde foi obtido sucesso em somente 53 itens, sendo 08 itens com uma empresa da cidade e 48 itens com empresa de Santa Catarina, a qual possui problema no prazo de entrega.

2. No ano de 2015 realizando duas novas **Dispensa de Licitação nº 55/2015 (gêneros alimentícios curso nutrição) e Dispensa de Licitação nº 56/2016** (gêneros alimentícios curso medicina veterinária), para atender os itens frustrados no Pregão Eletrônico (SRP) nº 33/2014.
3. No ano de 2017 realizou-se a **Dispensa de Licitação nº 05/2017**, para atender a demanda de gêneros alimentícios para as aulas práticas dos cursos de nutrição e medicina veterinária.
4. No ano de 2018 realizou-se a **Dispensa de Licitação nº 11/2018** para atender a demanda de gêneros alimentícios para as aulas práticas dos cursos de nutrição e medicina veterinária.

## **DA MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

5. Como pode ser detectado pelo histórico de compra destes gêneros alimentícios, a maioria dos processos foram fracassados, o que forçou uma situação em que, para não cancelar as aulas, os discentes ou docentes acabavam comprando os alimentos com dinheiro próprio.
6. Outro fator detectado é o desinteresse das empresas em participar dos processos licitatórios nos moldes propostos, tendo em vista sazonalidade dos preços dos itens, o cronograma de entrega e quantidade em virtude das características das aulas práticas desenvolvidas e a fixação do preço durante validade do contrato ou da ata de registro de preço.
7. Conforme justificativa do requisitante no pedido de compra estes gêneros alimentícios são utilizados no curso de Nutrição – nos componente curricular: Bases da Técnica Dietética e Culinária / Tecnologia de Alimentos de Origem Animal / Tecnologia de Alimentos de Origem Vegetal / Técnica Dietética e Culinária Aplicada / Análise Sensorial / Composição de Alimentos e Bromotologia e no curso de Medicina Veterinária – nos componente curricular: Inspeção e Tecnologia de Produtos de Origem Animal / Bioquímica e Microbiologia de Alimentos.
8. Também destacamos que para o correto e adequado andamento das atividades práticas, é extremamente necessário que estes alimentos sejam adquiridos, visto a sua essencialidade na execução das componentes curriculares citadas anteriormente. E na atual forma de contratação em que apenas um fornecedor é vencedor do item, a eventual falta deste no estabelecimento inviabilizaria a execução da receita prevista pelo professor para as aulas práticas. Em suma, denota-se que os insumos são o centro da atividade, portanto essenciais para a execução das aulas práticas.

## **DA FORMA DE CONTRATAÇÃO**

9. Considerando: que a aquisição dos insumos das aulas práticas é realizada de forma parcelada em pequenas quantidades e de acordo com o cronograma das aulas; a necessidade de aquisição de alimentos frescos (carnes, peixes e leite cru); a sazonalidade dos preços dos itens e os insucessos da tentativa de aquisição por Pregão Eletrônico, buscou-se uma alternativa de aquisição que atende-se as especificidades desta aquisição e aos princípios norteadores dos processos licitatórios.
10. Na data de 17/04/2015, no Campus de Realeza, reuniram-se a Superintendência de Compras e Licitações, e os seguintes Departamentos/Servidores do Campus de Realeza: Coordenação dos Cursos de Nutrição e de Medicina Veterinária, a Coordenação Adjunta do Laboratórios, o Agente de Compras, a Coordenação Administrativa e a Diretoria do Campus,

para análise do mercado local e a busca de solução para a aquisição dos insumos necessários para as aulas práticas, tendo em vista, infrutíferos processos licitatórios e os prejuízos relatados no Memorando 20/DIR-RE/UFGS/2015 de 25 de março de 2015 da Direção do Campus de Realeza/PR, para a formação dos alunos do Curso de Nutrição e de Medicina Veterinária.

**11.** Nesta reunião foi relatado o cenário atual, e após considerações e relatos sobre o problema enfrentado para a compra dos insumos necessários para as aulas práticas, e a solução encontrada para viabilizar a aquisição, tendo em vista que a despesa anual para a aquisição destes itens encontra-se dentro do limite estabelecido pelo Art.24, II da Lei 8.666/93, foi a Dispensa de Licitação.

**12.** A operacionalização Dispensa de Licitação para a aquisição dos insumos para as aulas práticas utilizou os seguintes parâmetros:

**12.1** foi realizada uma prospecção dos estabelecimentos capazes de fornecer insumos para as aulas práticas de acordo com suas especificações (qualidade higiênico-sanitária e sensorial dos alimentos e cronograma de entrega e de quantidade);

**12.2.** Com base no conhecimento do mercado fornecedor, das peculiaridades da contratação e da estimativa da quantidade e especificação dos insumos, estabeleceu-se a seguinte metodologia de contratação:

**a)** os insumos serão adquiridos ao valor ofertado no dia praticado pelo fornecedor apto e aplicado a este um percentual de desconto, conforme constante na proposta encaminhada pelo fornecedor;

**b)** a Dispensa de Licitação conterá um único item (gênero alimentício) e a verificação da **economicidade/vantajosidade** da contratação se procederá da seguinte forma: na data da aquisição dos insumos, o servidor responsável fará uma pesquisa de preços praticados dos **itens necessários** com todos os fornecedores aptos, e a estes valores será aplicado o desconto proposto pelo fornecedor, assim sendo apurado o **menor valor** e o fornecedor do qual será adquirido cada item. O modelo da planilha de pesquisa de preços a ser aplicado, encontra-se no Anexo I desta Instrução.

**c)** foi encaminhado aos fornecedores prospectados a solicitação de proposta de desconto a ser concedido nos valores ofertados para o dia, resultando, conforme transcrito na planilha abaixo, os seguintes fornecedores e desconto:

FORNECEDOR	% DE DESCONTO
<b>Makximo Supermercado Ltda – (Gêneros alimentícios)</b> CNPJ: 04.313.485/0001-24	3%
<b>Quadri Supermercados Ltda – (Gêneros alimentícios)</b> CNPJ: 22.683.934/0003-70	5%
<b>Jair Eloi Schmitt &amp; Cia Ltda – ME – (Frutaria)</b> CNPJ: 05.039.049/0001-71	10%
<b>Marcelo Salvadori – ME – (Produtos Naturais)</b> CNPJ: 20.748.010/0003-01	20%
<b>Renan Santolin EIRELI – (Produtos Naturais)</b> CNPJ: 21.941.732/0001-56	15%

d) o valor estimado para a contratação dos insumos foi distribuído entre fornecedores aptos de acordo com a disponibilidade e variedade de itens de cada estabelecimento, sendo o valor total de contratação **R\$ 8.500,00**, conforme abaixo:

FORNECEDOR	VALOR
<b>Makximo Supermercado Ltda – (Gêneros alimentícios)</b> CNPJ: 04.313.485/0001-24	R\$ 3.000,00
<b>Quadri Supermercados Ltda – (Gêneros alimentícios)</b> CNPJ: 22.683.934/0003-70	R\$ 3.500,00
<b>Jair Eloi Schmitt &amp; Cia Ltda – ME – (Frutaria)</b> CNPJ: 05.039.049/0001-71	R\$ 1.500,00
<b>Marcelo Salvadori – ME – (Produtos Naturais)</b> CNPJ: 20.748.010/0003-01	R\$ 250,00
<b>Renan Santolin EIRELI – (Produtos Naturais)</b> CNPJ: 21.941.732/0001-56	R\$ 250,00
<b>VALOR TOTAL:</b>	<b>R\$ 8.500,00</b>

13. Nesse cenário, temos que o Gestor Público, que tem que se posicionar sem fechar os olhos a todos os prejuízos que sua decisão pode resultar. De outra banda temos o Princípio do Interesse Público e Princípio da Eficiência, esse segundo derivado da Constituição que nos ensinam:

*Princípio do Interesse Público. “A finalidade da lei sempre será a realização do interesse público, entendido como o interesse da coletividade”.*

*Princípio da Eficiência. Originado pela EC nº 19/99 e disposta no Art. 37 da CF/88 nos remete a eficiência em três ideias: prestabilidade, presteza e economicidade. Prestabilidade pois o atendimento prestado pela Administração Pública deve ser útil ao cidadão. Presteza porque os agentes públicos devem atender o cidadão com rapidez. Economicidade porquanto a satisfação do cidadão deve ser alcançada do modo menos oneroso possível ao Erário público. Tais características dizem respeito quer aos procedimentos (presteza, economicidade), quer aos resultados (prestabilidade), centrados na relação Administração Pública/cidadão,*

*Leia mais:* <http://jus.com.br/artigos/4369/o-conceito-juridico-do-principio-da-eficiencia-da-administracao-publica#ixzz2ppWerCYl>

14. Nesse sentido, considerando tudo o que já foi dito, tendo em vista o interesse público envolvido no caso concreto. Considerando o cerne do imposto pelo Princípio da Eficiência, que não admite omissões frente a possíveis prejuízos, oriento os senhores no sentido da aquisição dos insumos para as aulas prática por Dispensa de Licitação com fundamento no Inciso II do Art. 24 da Lei 8.666/93.

15. Integra esta Instrução de Processo Administrativo, o seguinte anexo:

16.1. **Encarte A-** Modelo de Planilha para Pesquisa de Preço.

Chapécó/SC, 08 de abril de 2019.

**Lidiane Marcante**  
Chefe do Serviço de Contratação Direta